



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680162 - SP (2021/0219247-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LILIAN CLÁUDIA JORGE
ADVOGADO : LÍLIAN CLÁUDIA JORGE - SP190256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLEITON APARECIDO MOTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEITON APARECIDO MOTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0002168-79.2013.8.26.0596).

O paciente foi condenado como incurso no art. 33 da lei n. 11.343/06 à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 666 dias-multa, no mínimo legal.

A impetrante sustenta "(...) *excessivo rigor quando da dosimetria da pena, (...)*." (fl. 4)

Defende que "(...) *deve a ordem ser concedida, de ofício, apenas para afastar a valoração negativa da vetorial da quantidade/natureza das drogas apreendidas, reduzindo-se, proporcionalmente, a pena-base.*" (fl. 8)

Aduz o cabimento da diminuição de pena previsto no art. 33, § 4º da Lei n. 11.343/06.

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para decotar a pena do paciente para 5 anos, considerando afastado o aumento na 1ª fase do sistema trifásico ou, alternativamente, o abrandamento da reprimenda para 5 anos, 7 meses e 15 dias, em virtude da readequação da fração utilizada na primeira fase da dosimetria de 1/5 para 1/8, bem como a aplicação da causa de diminuição do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06 .

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ademais, observa-se que houve interposição do AREsp n. 789556/SP, o qual, em primeira análise, não ultrapassou o juízo de admissibilidade, sendo que precedentes do STJ rejeitam a utilização do *mandamus* como forma oblíqua de burlar à inadmissão de recurso próprio.

Neste sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que não ofende o princípio da colegialidade a prolação de decisão monocrática pelo relator, quando estiver em consonância com súmula ou jurisprudência dominante desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

2. Na hipótese, trata-se de habeas corpus impetrado contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto pelo agravante no Tribunal de origem. O art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal estabelece que "os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal". Tal prerrogativa, contudo, só pode ser exercida por iniciativa do próprio órgão jurisdicional, quando constatada a existência de ilegalidade flagrante ao direito de locomoção, o que não ocorre na hipótese.

3. Ademais, a jurisprudência da Terceira Seção deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de ser "inadequada a pretensão de concessão de *habeas corpus* de ofício com intuito de superar, por via transversa, óbice(s) reconhecido(s) na admissibilidade do recurso interposto" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.488.618/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 27/10/2015).

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 440.927/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 18/06/2019.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente